



## **CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA AGROECOLÓGICA E O TRABALHO DAS MULHERES NO ASSESSORAMENTO TÉCNICO: a construção e os desafios da questão de gênero na Rede Ecovida de Agroecologia**

Daiane Carla Bordulis Eduardo<sup>1</sup>  
Márcio Freitas Eduardo<sup>2</sup>

### **RESUMO**

A presente pesquisa objetiva, abordar o trabalho técnico desenvolvido por mulheres inseridas em duas importantes Organizações da Sociedade Civil (OSC), a saber, o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) e o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), buscando trazer as suas leituras a respeito das questões de gênero presentes na modalidade de certificação participativa. O trabalho exercido pelas mulheres em questão, objetiva, assessorar as práticas produtivas e organizativas das famílias que atuam com a agroecologia, sob a égide da certificação participativa inerente à Rede Ecovida de Agroecologia. A metodologia baseou-se em técnicas qualitativas de pesquisa, entrevistas com roteiros semiestruturados, realizadas com três informantes-chave: 02 mulheres técnicas e 01 mulher Coordenadora Geral da Rede Ecovida, bem como estudo bibliográfico e documental. Como resultados a pesquisa aponta que na prática, sujeitos e organizações, promotores da agroecologia, têm um longo caminho a percorrer até que alcancem resultados mais substanciais quanto ao enunciado da equidade de gênero. A própria proposta de Certificação Participativa, uma metodologia que se assenta em uma pedagogia do envolvimento, a exemplo da Rede Ecovida de Agroecologia, mesmo possuindo o mérito de conceber a agroecologia para além do prisma meramente econômico/produtivo, apresenta limites quanto a maior participação das mulheres nos distintos processos (produtivos, organizativos e de gestão e quanto ao assessoramento técnico).

Palavras-chave: Agroecologia; Sistemas Participativos de Garantia, Assistência Técnica.

### **RESUMEN**

Esta investigación tiene como objetivo abordar el trabajo técnico desarrollado por mujeres insertas en dos importantes Organizaciones de la Sociedad Civil (OSC), a saber, el Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) y el Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), buscando aportar sus lecturas sobre los temas de género presentes en la modalidad de certificación participativa. El trabajo realizado por las mujeres en cuestión tiene como objetivo asesorar las prácticas productivas y organizativas de las familias que trabajan con la agroecología, bajo la égida de la certificación participativa inherente a la Rede Ecovida de Agroecologia. La metodología se basó en técnicas de investigación cualitativa, entrevistas con guiones semiestruturados, realizadas con tres informantes clave: 02 mujeres técnicas y 01 mujer Coordinadora General de la Rede Ecovida, así como un estudio bibliográfico y documental. Como resultado, la investigación señala que en la práctica, los sujetos y organizaciones, promotores de la agroecología, tienen un largo camino por recorrer hasta llegar a resultados más sustanciales en cuanto a la declaración de equidad de género. La propia propuesta de Certificación Participativa, una metodología que se basa en una pedagogía del involucramiento, como la Rede Ecovida de Agroecologia, aunque tiene el mérito de concebir

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE, Francisco Beltrão/PR) [daianebeduardo@gmail.com](mailto:daianebeduardo@gmail.com). Bolsista CAPES.

<sup>2</sup> Doutor em Geografia pela FCT-UNESP, Presidente Prudente/SP. Docente da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS, campus Erechim/RS) [marcio.eduardo@uffs.edu.br](mailto:marcio.eduardo@uffs.edu.br).



la agroecología más allá del prisma meramente económico / productivo, tiene límites en cuanto a la mayor participación de las mujeres. en los diferentes procesos (productivos, organizativos y de gestión y en materia de asesoramiento técnico).

Palabras llave: Agroecología; Sistemas de Garantía Participativa, Asistencia Técnica.

## INTRODUÇÃO

As transformações procedidas em âmbito da agricultura familiar e dos sistemas alimentares, nos últimos anos, têm despertado a necessidade de estudos sobre suas novas facetas e dinâmicas territoriais. Sobretudo, a respeito das atuais formas de produzir e organizar-se socialmente no campo, mediado pelos saberes agroecológicos. E, nos espaços urbanos, pela necessidade de interações mais conscientes, solidárias e sustentáveis com os alimentos e com quem produz.

No cenário da agricultura familiar, um dos segmentos que vem se destacando é a agroecologia, por ser considerada uma proposta de desenvolvimento territorial com potencialidades de inclusão, de geração de renda e de permanência ou reterritorialização das pessoas no campo. Isso, em função da melhoria das condições de vida e de trabalho dos/as envolvidos/as, especialmente considerando os grupos sociais em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

Por propiciar maior visibilidade ao trabalho feminino, a agroecologia possibilita, em tese, o engendramento de relações de gênero mais equilibradas, obtidas através de rearranjos nas dinâmicas sociais e de produção da agricultura familiar. Na prática, sujeitos e organizações, promotores da agroecologia, têm um longo caminho a percorrer até que alcancem resultados mais substanciais quanto ao enunciado da equidade de gênero. A própria proposta de Certificação Participativa, uma metodologia que se assenta em uma pedagogia do envolvimento, a exemplo da Rede Ecovida de Agroecologia, como consideraremos no presente trabalho, mesmo possuindo o mérito de conceber a agroecologia para além do prisma meramente econômico/productivo, apresenta limites quanto a maior participação das mulheres nos distintos processos (produtivos, organizativos e de gestão e quanto ao assessoramento técnico).

Mas o caminho tem sido trilhado e os espaços construídos pelas mulheres tem avançado. No último período destaca-se a promoção do I Encontro de Gênero da Rede Ecovida de Agroecologia, organizado pelo Grupo de Trabalho de Gênero, o qual fez ecoar essas pautas no último Encontro Ampliado, realizado em Anchieta (2019). Esse movimento demonstra tanto o protagonismo feminino, ao firmarem a premência pelo debate, quanto a abertura do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), Associação Ecovida de Agroecologia,



em acolher e avançar, gradativamente, na apreensão das questões de gênero na agroecologia e em incorporar, em seus documentos, deliberações para os processos de Certificação Participativa (como trataremos adiante).

## **OBJETIVO E METODOLOGIA**

O presente artigo é parte de uma pesquisa maior cuja intenção é a de pesquisar as facetas dos feminismos inerentes a essa experiência de organização e de certificação orgânica/agroecológica. São questões que instigam nossa pesquisa mais abrangente: como um sistema qualificado como participativo envolve e reforça os feminismos agroecológicos? Como as mulheres tem construído seus protagonismos com a agroecologia? Quais são os limites e os desafios futuros em âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia no que se refere a inclusão das mulheres nos distintos processos (produtivos, organizativos, técnicos, de comercialização etc.)?

No artigo versamos a respeito de um tema de elevado ineditismo nos estudos sobre a agroecologia: o trabalho das mulheres no assessoramento técnico agroecológico e suas leituras a respeito das questões de gênero presentes na modalidade de certificação participativa. Tal se constitui nosso objetivo primordial: abordar o trabalho técnico desenvolvido por mulheres inseridas em duas importantes Organizações da Sociedade Civil (OSC), a saber, o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) e o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP). O trabalho exercido pelas mulheres em questão, objetiva, assessorar as práticas produtivas e organizativas das famílias que atuam com a agroecologia, sob a égide da certificação participativa inerente à Rede Ecovida de Agroecologia.

A metodologia baseia-se em técnicas qualitativas de pesquisa realizadas com três informantes-chave: 02 mulheres técnicas e 01 mulher Coordenadora Geral da Rede Ecovida. As entrevistas foram realizadas nos anos de 2020 e de 2021. A técnica consistiu na realização de entrevistas com roteiros semiestruturados. O nome das técnicas e o lugar onde exerciam seus trabalhos, no momento da pesquisa, não serão informados para preservar suas identidades. Ressaltamos, também, que o produto, ora apresentado, baseia-se nos princípios da pesquisa participativa, pois os autores do respectivo artigo fazem parte de um Grupo da Rede Ecovida de Agroecologia e exercem funções de coordenação no Grupo e no Núcleo Alto Uruguai, envolvendo-se, dessa forma, nos vários processos concernentes à certificação participativa (Coordenações, reuniões de Grupo, reuniões de núcleo, reuniões do Grupo de Trabalho de Gênero, Visita de Pares, cursos de formação, eventos e intercâmbios).



## A organicidade da Rede Ecovida de Agroecologia

O recorte espacial escolhido para este estudo é a Associação Ecovida de Certificação Participativa, conhecida também como Rede Ecovida de Agroecologia ou Rede Ecovida. Trata-se de uma organização situada, preponderantemente, nos três estados do Sul do Brasil e pioneira na experiência dos Sistemas Participativos de Garantia (SPGs) ou certificação participativa (MEIRELLES, 2020). Desde os anos 2000, é reconhecida pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e pelas legislações da produção orgânica como um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC).

A Certificação Participativa foi criada como um modelo alternativo à certificação por auditoria para ser mais inclusiva e adequada à agricultura familiar. Sua metodologia de avaliação da conformidade orgânica inclui atividades com envolvimento de todos os interessados, sendo um controle social baseado na participação e na responsabilidade solidária. Assim, mesmo tendo o reconhecimento legal no nível de uma certificação por terceira parte, os SPGs não podem ser vistos como uma certificadora ou comparados a essa, pois não são. Apesar da subordinação legal comum entre os SPGs e a certificação de terceira parte, os SPGs se diferenciam de uma certificadora pelos seus princípios, confiança, participação, horizontalidade, transparência, diálogo de saberes e equidade de gênero e geração. A presença desses princípios é que possibilita que a avaliação da conformidade feita por um OPAC possa dar garantias da qualidade orgânica. Nesse sentido, temos um desafio a superar, o de fortalecer o entendimento de que a geração de credibilidade da conformidade orgânica no OPAC não se dá apenas por meio do papel, mas também pelo exercício dos princípios. São eles que vão garantir a credibilidade do sistema. (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020, pag.40).

A Rede Ecovida, sucintamente, está organizada em três escalas distintas e inter-relacionadas, por onde são construídas interações, circulam informações, são realizadas deliberações e operacionalizam-se os processos de Certificação Participativa, são eles:

1) **Grupos:** organização de base que agrega produtores e consumidores, chamados também de co-produtores, em número que varia de 04 a, no máximo, 15 famílias. Os Grupos organizam-se por proximidade espacial e por convergência nas ações de produção ou de comercialização. Os Planos de Manejo, Cadernos de Campo e as Atas das Reuniões são os documentos fundamentais de cada Grupo. Cabe aos coordenadores de Grupo realizar a circulação das informações, buscar meios de viabilizar o aporte de conhecimento técnico e encaminhar as demandas dos Grupos nas reuniões de Núcleo. O número de reuniões ao longo do ano deve ser, no mínimo, igual a quatro.

2) **Núcleos:** conjunto de Grupos em um determinado recorte. Atualmente a Rede Ecovida conta com 35 Núcleos. Nos Núcleos são realizadas deliberações a respeito do cotidiano dos Grupos (com base no Manual de Procedimentos da Rede Ecovida de Agroecologia), são



organizadas as Comissões de Ética para realização das vistorias para atestarem a conformidade orgânica das unidades de produção, são cobradas as anuidades e são alimentadas as informações sobre os produtores no sistema da Rede Ecovida Agroecologia). Anualmente são realizadas até duas Plenárias de Núcleo.

3) **OPAC** – Associação Ecovida de Agroecologia: é a síntese da organização dos Grupos e Núcleos. Na OPAC é feito o gerenciamento administrativo/financeiro da organização, sendo também responsável pelo trânsito de informações e de documentos com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A cada dois anos ocorrem os Encontros Ampliados (momento máximo para deliberações e troca nos cargos de Coordenação Geral). A OPAC, em observância a legislação vigente, elabora os documentos e orienta os procedimentos para a efetivação dos processos de Certificação Participativa.

## **APORTE TEÓRICO**

A Agroecologia é um campo de conhecimento que articula e integra saberes populares e científicos, bem como abarca o desafio de produzir novos conhecimentos a partir desse encontro. Dessa forma é um novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. Esse campo, a partir de seus princípios e de suas experiências concretas, aponta a necessidade de construção de relações mais igualitárias e equitativas com o outro, seja este outro ambiente ou outro ser humano (ANA, 2008, p. 68). Aproximando-se da definição de Altieri (2012), ao apreender a agroecologia como um pressuposto para construção de formas de desenvolvimento com potencialidades de se constituem como economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente sustentáveis.

Na mesma direção, Shiva e Mies (1997) expõe que a luta das mulheres no campo na busca pelo empoderamento feminino e na conseqüente valorização da agricultura familiar tem na produção de alimentos agroecológicos um grande aliado. As mulheres foram quem, historicamente, cuidaram da terra (sobretudo, o policultivo e a criação de animais domésticos) e contribuíram com seu trabalho e seus conhecimentos para a estruturação de seus meios geográficos. Em síntese, a sabedoria feminina foi um importante alicerce para a civilização (SHIVA, 2003; MUNFORD, 1998; MAZOYER e ROUDART, 2010).

A Revolução Verde, processo que deflagrou a modernização da agricultura em escala global, efetivada por meio da incorporação de inovações tecnológicas na produção, provocou, como corolário, um processo de erosão do conhecimento e das práticas femininas do fazer agrícola, pautadas, historicamente, na diversidade produtiva e na observância das dinâmicas ecológicas para os manejos das práticas produtivas.





Requerer um feminismo agroecológico é agir diante dos problemas ecológicos, agroalimentares e sociais da modernidade capitalista e patriarcal. Significa projetar outras formas possíveis de modernidade, ecofemininas, baseadas na inclusão, na diversidade e na sensibilidade das mulheres. Significa recuperar o legado feminino sobre a agricultura para a construção de propostas modernas e inovadoras para o conjunto da sociedade.

O tema do empoderamento feminino, segundo a Sempre Viva a Organização Feminista (2016) tem constado com veemência em espaços como os assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e em ações de fomento e nas experiências de produção agroecológica. Nessa esteira, a construção de sociedades mais sintonizadas social e ecologicamente passa, necessariamente, pela desconstrução das relações de opressão de gênero, as quais incidem bloqueando a espontaneidade e as capacidades criativas dos sujeitos e das sociedades para produzirem soluções mais duradouras de superação das situações de crise.

Os problemas de opressão de gênero vem desde tempos imemoriais, mas com a modernização da agricultura esses problemas são intensificados pois, alterando a forma de produzir, altera-se a forma de organização da sociedade e, paralelamente, são alteradas a forma de organização do espaço. Desafortunadamente, a área da residência e a horta de autosustento tem se tornado os limites da ação territorial de muitas mulheres nos espaços da agricultura familiar “monopolizados pelo capital” (OLIVEIRA, 2001).

Gibson e Graham (1996), na condição de geógrafas feministas, sustentam que capitalismo e patriarcado são vistos como dois sistemas de relações sociais que interagem em todos os domínios da vida social. Para as autoras, as relações de gênero são parte das relações de produção (p. 45).

Dessa forma, a agroecologia e a metodologia dos Sistemas Participativos de Garantia são instrumentos que auxiliam essa desconstrução, na direção do empoderamento das mulheres e da promoção de sistemas alimentares, além de sustentável ecologicamente, equânimes em termos sociais.

Nesta direção, mesmo o modelo de agricultura agroecológico permitindo uma abertura para um debate para além das questões produtivas, tem havido a necessidade da luta das mulheres para construir os seus espaços dentro da agroecologia, ou seja, não é automático e imediato a adesão destes distintos preceitos (economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente equilibrado) na forma em que funcionam os agroecossistemas e as organizações da agroecologia.



Precisamos atentar para o fato de que muitas experiências agroecológicas foram realizadas depois de uma trajetória dos sujeitos na agricultura convencional e com territorialidades marcadas pelo patriarcado, típico de muitos espaços rurais. Com isso ressaltamos o nosso entendimento que a transição agroecológica precisa ser multidimensional, não apenas econômica, produtiva ou ambiental, mas também cultural. Neste sentido, tem ganhado projeção o grito de ordem “sem feminismo não há agroecologia!”, construído pelo Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA), que expressa o entendimento sistêmico de que a agroecologia é ciência, prática e movimento! As mulheres rurais, urbanas e os povos e comunidades tradicionais são protagonistas deste movimento, renovando conceitos e práticas, estando a frente de processos de transição agroecológica, do reconhecimento e valorização de sistemas agrícolas tradicionais sustentáveis, resistindo aos avanços da mercantilização da vida e da natureza (ANA, 2018).

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **Trajetórias femininas**

A apreensão das trajetórias das nossas entrevistadas nos revelaram aspectos relevantes para considerarmos a progressiva vinculação das territorialidades dessas mulheres com a agroecologia e as questões de gênero associadas.

A Entrevistada A, de origem rural, pertencente a uma família atingida por barragens, residiu no campo, em um pequeno município, até a conclusão do Ensino Básico. Na experiência produtiva de sua família, nos relata, “o uso de agrotóxicos era mínimo”, até sua família decidir pelo arrendamento da área para produção de grãos, por parte de terceiros, quando se intensificou o uso de agrotóxicos no estabelecimento.

O final do Ensino Médio coincide também com um momento etário muito importante na trajetória das jovens, onde geralmente decidem enfrentar de maneira mais incisiva suas condições concretas, projetando suas aspirações possíveis, em grande medida, orientadas para a emigração. No campo, mais do que na cidade, as mulheres estão sujeitadas a tutela da família (controle das relações e da renda etc.) e isso interfere nas decisões de migrarem para os espaços urbanos, como ocorreu com nossa entrevistada A. Migrou de um município pequeno para uma cidade média no afã de maiores oportunidades de trabalho e de instrução. Iniciou um curso superior em pedagogia em uma universidade privada, mas não houve possibilidade financeira para prosseguir. Trabalhou em diversas ocupações urbanas (metalurgia, posto de combustível e como empregada doméstica) até iniciar sua militância no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).



É através do MAB que é selecionada para estudar da Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA, Lapa/PR). Na ELAA, uma instituição de ensino situada em um assentamento de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e coordenada por movimentos sociais que compõem a Via Campesina latino-americana, forma-se Tecnóloga em Agroecologia em nível superior. A criação da ELAA se deu em 2005, idealizada pelos movimentos sociais e pelos governos progressistas do Brasil e da Venezuela na oportunidade do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, vem ao encontro do desafio de formar sujeitos vinculados aos movimentos camponeses latino-americanos, com o compromisso de construir e difundir os conhecimentos agroecológicos em seus espaços de atuação. Conhecimentos estes, considerados como matriz produtiva estratégica para o enfrentamento ao modelo de desenvolvimento do agronegócio (MIRANDA, 2011).

A Metodologia da Alternância (permitindo aos estudantes a manutenção de vínculos produtivos e organizativos com seus espaços rurais e movimentos sociais de origem) e a paridade entre homens e mulheres em todas as representações e equipes (brigadas) de trabalho intrínsecas ao Tempo Escola, são trunfos da ELAA que permitem uma experiência formativa, concomitantemente, técnica e política, de fundamental relevância por pautarem as questões de gênero. Em um curso de Agronomia oferecido por uma instituição com matriz curricular convencional, dificilmente oportunizaria tais vivências entre estudantes homens e mulheres. O caráter ainda essencialmente masculinizado dos cursos de Agronomia deriva de quais fatores?

Ao concluir o curso superior, entretanto, deparou-se com o limitante o qual o MAB não possuía, na época, área de atuação específica para Agroecologia. Sua vinculação profissional na área viria a se efetivar em 2013, em outra organização, igualmente de caráter popular e com intensa inserção no movimento agroecológico, o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA).

A Entrevistada B, por seu turno, é oriunda do espaço urbano. cursou o Ensino Médio em um Colégio Agrícola em regime de internato, com formação concomitante como Técnico Agrícola, com ênfase em agroecologia. Por escolha pessoal, cursou o Ensino Superior na ELAA. Formando-se, também, como Tecnóloga em Agroecologia. Posteriormente, decidiu, em sintonia com seu companheiro (agricultor e colega de turma no curso de Tecnólogo em Agroecologia), residir no campo. A decisão em colocar em prática a Agroecologia levou a família a certificar sua produção através da Rede Ecovida de Agroecologia. Em 2011, a família iniciou a experiência de trabalhar em uma feira agroecológica. E, em 2014, a entrevistada B começou a atuar como técnica no Centro de Tecnologias Alternativas Populares, CETAP.





Ao analisar as trajetórias de vida dessas mulheres, identificam-se elementos comuns: as experiências migratórias das casas de seus pais realizadas na fase da juventude; a flexibilidade demonstrada na edificação de suas territorialidades através da agroecologia, além do fato de formarem-se em uma instituição sintonizada com a agroecologia e coordenada por movimentos sociais.

De imediato, percebemos que a experiência de vida em um ambiente urbano não é um limitante para a construção da territorialidade feminina na agroecologia. Assim como, a formação na área de Agroecologia não possui automatismo com o retorno ao campo e a sucessão agroecológica. Mesmo ambas atuando com a Agroecologia, uma mulher constrói sua trajetória da cidade para o campo e, a outra, do campo para a cidade. Importante ressaltar que a Agroecologia não diz respeito apenas ao campo ou a produção orgânica, mas envolve um conjunto de interações entre campo e cidade. Sua abordagem, inclusive em sintonia com a linguagem moderna e a ação dos movimentos sociais, visa superar as falsas dicotomias entre o rural e o urbano. Apesar de suas distintas realidades, sublinhamos a forma com que os temas da agroecologia foram sendo incorporados na militância feminina e o papel da agroecologia nas suas construções de vida.

Ratificamos a importância da valorização, por parte das políticas públicas, de cursos de Agroecologia, como o Tecnólogo em Agroecologia, ofertado pela ELAA, com aporte de recursos advindos do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária). As entidades de assessoria, como o CAPA e o CETAP, estão atentas para o perfil das pessoas que atuam em suas equipes técnicas. Pessoas que já tenham tido envolvimento com movimentos sociais tendem a possuir uma consciência privilegiada da importância dos processos coletivos e democráticos: algo que vem a calhar com os pressupostos da Agroecologia.

É sob esse prisma que nossas entrevistadas se constroem como mulheres e como Técnicas em Agroecologia e passam a atuar em ambas as Organizações da Sociedade Civil (OSC), CAPA e CETAP, prestando assistência técnica para a certificação participativa via Rede Ecovida de Agroecologia.

### **Condição de gênero e inserção profissional nas entidades de assessoria**

O campo é um espaço onde se manifesta com veemência as marcas do patriarcado nas relações sociais. O fato de uma família realizar sua transição para a agroecologia não anula imediatamente tais valores pretéritos. É necessário identifica-los, conceber como uma questão estrutural, de raízes profundas. Mais profundas, inclusive, do que a própria agricultura convencional a qual agricultores e organizações da agroecologia lutam com tanto afinco.



Tamanha profundidade não pode sedimentar o debate, torna-lo velado a ponto de inibir a crítica radical, isto é, aquela crítica que remonta às raízes dos problemas. Na agricultura convencional ou na agroecologia há necessidade do enfrentamento a essas questões. A agroecologia nos oferece um terreno fértil para tratar dos problemas envolvendo as desigualdades nas relações de gênero por que o trabalho feminino é fundamental nesse domínio. E, ademais, por que estamos fazendo referência não somente a uma forma de produzir, mas também a uma forma de conceber e viver no campo com forte senso de cooperação e do princípio da necessidade do diverso. Não somente as atitudes antiecológicas não tem espaço na agroecologia. As posturas que promovem injustiças sociais também não. Altieri (2012), não nos deixa esquecer a tríade agroecológica: ambientalmente equilibrado, economicamente viável e socialmente justo. Machismo e opressão de gênero são o contrário de justiça social.

Há uma dupla dimensão da territorialidade feminina no trabalho de assessoria técnica agroecológica: interna e externa, complementares entres si. Nos referimos a dimensão interna, o trabalho planejado e realizado dentro das organizações como o CAPA, o CETAP e a Rede Ecovida de Agroecologia. E, a dimensão externa, a projeção desse trabalho à campo, junto às famílias e organizações de agricultores assessorados. As questões de gênero repercutem-se de maneira distinta interna e externamente.

Abramos um parêntese. Havia uma diferença nas condições de trabalho entre as técnicas que é oportuno ressaltar. Enquanto a entrevistada A atuava exclusivamente com famílias do campo da Agroecologia (certificadas e em transição agroecológica), a entrevistada B, contratada via edital da política da ATER Agroecologia, trabalhava com uma diversidade de situações (de famílias que praticavam a agricultura convencional e desconheciam a Agroecologia e suas organizações, até famílias agroecológicas certificadas).

Feita essa observação, internamente, considerando a atuação das técnicas nos respectivos núcleos do CAPA e do CETAP (os quais não os indicaremos para preservar o anonimato dessas mulheres), os relatos foram uníssonos, sinalizando para ambos ambientes como acolhedores e provedores de liberdade para o trabalho. Uma das entrevistadas, a título de informação, estava grávida no momento da contratação e a mesma ressaltou que esse fator não motivou atitudes de rechaço. Nenhuma das entrevistadas fez menção a algum fato que as tenha constrangido em função de suas condições de gênero. Nas equipes das supracitadas OSC, a presença feminina é importante. Muito embora, fossem as únicas mulheres a exercer o trabalho estritamente técnico nos núcleos onde atuavam. A assistência técnica ainda é um domínio veementemente masculinizado, inclusive na Agroecologia.



Quanto à dimensão interna, algumas ações, dentre outras, merecem destaque. Ambas entrevistadas fazem parte ativamente do GT de Gênero de Rede Ecovida de Agroecologia. A entrevistada A realizou um curso de Promotoras Legais Populares<sup>3</sup>. E a entrevistada B, assessorava, ao mesmo tempo em que motivava e fazia parte, de um empreendimento feminino, uma agroindústria de panificados e de processamento primário vegetal.

Contudo, mesmo sendo pessoas engajadas no debate acerca do feminismo e tendo certa anuência das entidades para trabalhar com as mulheres agricultoras, a pesquisa nos evidenciou que a maior parte das ações envolvendo as questões de gênero eram descontínuas. “*Sempre que possível a gente fazia alguma intervenção sobre a questão de gênero. Sempre que possível, que se abria uma brecha ou que a gente conseguia puxar este assunto, a gente puxava*”. (Entrevistada A). O relato da entrevistada A expressa esse caráter ainda atomizado e personificado (“*a gente puxava*”) dessas ações. Geralmente, era no dia da mulher, ou seja, em momentos de evidência, que as organizações da Agroecologia, em conjunto com sindicatos e a EMATER promoviam um evento mais organizado para debater a condição da mulher no campo. Em geral, contemplando essencialmente o público feminino.

Esse caráter pontual das ações na dimensão interna pode ser explicado, tanto pelas características próprias de cada organização (características históricas, focos de ação etc.), quanto pela realidade concreta dos espaços rurais onde intervém, isto é, a dimensão externa.

Externamente, à campo, a realidade se mostrava distinta. É onde, de fato, está territorializado o patriarcado. Onde é percebido, visualizado e se faz sentir as opressões de gênero. Aqui, conforme recorte da nossa proposta, nos reportaremos as questões de gênero na Agroecologia concernentes a mediação técnica. Por certo, há muitas outras dimensões a considerar.

A estranheza e resistência, por parte de alguns agricultores, em receber orientações técnicas de mulheres era algo recorrente. Conforme os relatos, levava certo tempo para os homens conferirem credibilidade ao trabalho técnico feminino. Comumente, após testarem reiteradamente seus conhecimentos específicos. Quanto aos técnicos homens, as entrevistadas afirmaram que não havia essa mesma desconfiança. Havia situações em que os agricultores

---

<sup>3</sup> O curso, promovido pelas organizações CAPA, Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria (CECA) e Fundação Luterana de Diaconia (FLD), com apoio da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), Igreja Evangélica Luterana na América (ELCA, em inglês) e da agência Pão Para o Mundo (PPM), realizado em 2019, em três módulos, visou capacitar mulheres rurais e vinculadas às entidades supracitadas, na área de gênero, com o intuito de promover a equidade e de subsidiar o enfrentamento de todos os tipos de violência. Para maiores informações, consultar <<https://capa.org.br/2019/04/capa-e-parceiros-promovem-curso-de-promotoras-legais-populares/>> e <<https://capa.org.br/2019/09/mulheres-de-comunidades-rurais-se-formam-como-promotoras-legais-e-populares/>>.



legitimavam os estagiários (homens) em detrimento das técnicas que prestavam assessoria em suas unidades de produção. Em certa oportunidade, um conjunto de agricultores sentiram-se confortáveis para sugerir ao CETAP que direcionasse a técnica para o trabalho interno, no escritório. Algo improvável para um técnico homem. Para além da esfera doméstica, as mulheres precisam constantemente provarem seu valor.

### **A sensibilidade do olhar feminino no trabalho de assistência técnica**

Neste subitem queremos chamar a atenção, sucintamente, para a qualidade da percepção (a qual designamos como “sensível”) das mulheres técnicas, ao longo de suas inserções à campo, para com às questões de gênero. Mesmo não sendo identificada violência física contra as mulheres nos espaços de atuação das técnicas, as desigualdades de gênero revelam-se em relações sociais tácitas, reproduzidas no interior do núcleo familiar das agricultoras. A forma em que as profissionais apreendem essas questões e procuram adotar estratégias para incluir o público feminino, por exemplo, nos momentos de orientação sobre o manejo agroecológico, vieram à baila na pesquisa. Atentemos, na sequência, para os apontamentos presentes nos fragmentos de entrevistas com as técnicas:

Nunca me deparei com alguém do Núcleo que tenha sofrido alguma agressão física perceptível. Ah, eu cheguei e uma mulher estava com uma mancha roxa no braço ou roxa no rosto ou coisa parecida. Nunca encontrei isso no nosso núcleo. Mas aí tu pensa que elas não assumem a coordenação dos Grupos porque a maioria delas não dirige ou, se dirige, porque elas não tem facilidade em sair para dois, três dias fora de casa. O que é que tem por traz que não permite a elas que tenham este tipo de liberdade? Quais são os entraves que elas tem no dia a dia? Então, existe alguns limitantes para elas que nem sempre ficam muito claros para quem está aí nas assessorias [refere-se aos homens técnicos]. Mas, lá no fundo, a gente sabe o que que é. (Entrevistada A)

Desde a participação em reuniões, eu sempre exigi que, nos Grupos que eu assessorava, que as mulheres participassem. Sempre, no começo, eu percebia que elas estavam mais quietas. Eu fazia perguntas dirigidas para elas, para que elas fossem percebendo que elas poderiam ocupar este espaço. Depois de um tempo, elas se abriam. Eu não precisava mais perguntar. Elas já levantam as ideias delas. No dia a dia, na lida diária, as mulheres sempre estão presentes. É ela que vai ajudar na lavoura. Ela que vem pra casa fazer a comida, limpa a casa, cuida das crianças. Enfim, ela está em todos os espaços”. (Entrevistada A)

Eu acho que a percepção dos homens para com isso [refere-se a questão de gênero], ela é diferente. A gente logo se situa porque sente e logo entende o que a mulher está passando. E, obviamente, elas tem mais espaço para falar com a gente do que ela está passando, do que falar para um homem. Então, se chegar o técnico na casa, a mulher geralmente nem participa da visita. Quando é uma família que já está há mais tempo, e a mulher começa a se empoderar, ela fica na visita. Mas, dificilmente, vai se fazer uma abordagem neste sentido. Então, se para a mulher técnica ter esse espaço já é difícil, eu acho que para



os meninos ainda é pior. Porque, até por isso, então, quando o técnico chega aí, é o contrário. A mulher diz, assim, espera que eu vou chamar fulano, porque ela não se sente apta a falar com o técnico. (Entrevistada B).

Ao tratar das visitas técnicas de ATER, a Entrevistada B, mencionou que *“as vezes eles não ficavam junto, só chamavam a mulher e iam fazer outra coisa. Aí eu chamava ela para ir junto lá onde ele estava, para ir também caminhar na roça”* (Entrevistada B).

Os fragmentos, compilados anteriormente, dão-nos nota de inúmeros elementos envolvendo a problemática do gênero no trabalho de assessoramento técnico na Agroecologia (os quais nos limitaremos, tão somente, por ora, a reconhecê-los). Sistematizamos três grupos de questões interconectadas. São elas:

a) Nas dificuldades de acesso ao dinheiro: uma discussão ainda velada, mas recorrente. As mulheres trabalham com seus companheiros em várias atividades. Por vezes, atuam na comercialização, dada a maior facilidade, em muitos casos, de comunicação com o público em geral. No entanto, permanecem os constrangimentos quanto ao acesso individual ao dinheiro. Esse constrangimento, implicitamente, expressa o sentido de “ajuda” em que comumente é qualificado o trabalho feminino pelos homens no campo. Nas reuniões de ATER, por exemplo, enquanto o debate da agroecologia permeava os temas da alimentação e da saúde (“aquela reunião das miudezas”), as mulheres participavam das atividades. Progressivamente, conforme a produção galgava importância econômica, os homens entravam em cena e refluiu a participação feminina. O controle do dinheiro é uma das maneiras de controlar as territorialidades.

b) Na imobilidade das mulheres: em muitas famílias no campo há um estigma muito forte quanto a ausência das mulheres da esfera doméstica, mesmo que momentaneamente e em prol da expansão dos conhecimentos e conexões da família no campo da Agroecologia. Por conta disso, muitas mulheres sequer aprendem a dirigir. A imobilidade gera a dependência e conduz a uma territorialidade limitada à escala da unidade de produção. O controle da mobilidade espelha outra faceta geográfica das desigualdades de gênero.

c) Na inibição de participarem ativamente dos espaços de representação da Rede Ecológica de Agroecologia: a hierarquia produzida pela reprodução das relações de patriarcado conduz ao esvaziamento da participação feminina ativa em vários espaços (Grupos, Núcleos, Grupos de Trabalho etc.). Conforme os relatos, a participação das mulheres é ainda exígua até nos momentos de assessoramento técnico, realizado em suas próprias unidades de produção. A baixa densidade de participação política conduz as mulheres a um quadro de subordinação no tocante ao fluxo das decisões. É dessa forma que a Agroecologia masculiniza-se, mesmo com





elevada densidade de trabalho feminino. Haja vista que a Agroecologia não se reduz à prática produtiva, um trabalho sem protagonismo, nos ensina Karl Marx nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, não deixa de introjetar certa condição de alienação.

Consideramos, doravante, de suma importância essa sensibilidade do olhar feminino no trabalho de assistência técnica. Questões tabus no campo, inclusive por parte de famílias que praticam agroecologia, como as desigualdades presentes nas relações de gênero, dificilmente evoluirá, na direção de tornarem-se mais equânimes, sem a presença feminina nos *lôcus* de opressão e subjugação: seja realizando o trabalho técnico ou mobilizando-se em quaisquer frentes.

Por certo, o trabalho técnico exercido por mulheres não é o suficiente para superar o problema do patriarcado no campo. Sem elas, entretanto, pior. Por certo, tais questões tendem a se arrefecer. Há um grande melindre sobre o tema, assevera a Entrevistada B:

Porque assim, vai para esse debate, você conversa com a mulher e as vezes isso não vai ser bem aceito pelo marido dela. Então, você passa a ter um problema. Tem que ter muito cuidado como você vai fazer essa abordagem, porque você não pode gerar um problema maior para essa mulher. As vezes ela já sofre dificuldade, não tem acesso a renda. Você não pode ir lá e causar mais tumulto pra ela. Então, é um tema no campo para a gente trabalhar com os agricultores aí que tem sido bastante difícil”. (Entrevistada B).

Na sequência, pondera: “a gente vem para questão de gênero e isso anda a passos lerdos, muito, muito devagar [...], ao contrário da parte técnica, que caminha passos largos, que rapidamente se consegue produtos ou consegue técnicas ou manejo” (Entrevistada B).

Quanto mais as mulheres permanecerem separadas, com suas territorialidades descontinuadas e atravessadas pelas relações patriarcais, mais veladas serão tais questões, mais difíceis serão os meios de abordá-las e menos feminina será a fisionomia da Agroecologia. Se a diversidade se constitui como um pressuposto agroecológico basilar, como condição para avançar no princípio do equilíbrio ecológico, tornar efêmero o papel das mulheres, abrir mão, em alguma medida, desse rol de saberes, representa não apenas um prejuízo individual, para o gênero em questão, mas um retrocesso para todo universo da Agroecologia. Que Agroecologia haverá sem feminismo?

### **As questões de gênero em âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia**

Se nos munimos de condições para construir uma crítica sobre o lugar que as mulheres têm ocupado na Agroecologia é porque estamos diante de uma concepção ampliada do fazer agroecológico. Um fazer prático-ecológico, econômico, político e intrincado de questões



culturais. Tais assertivas sobre o gênero não estariam destacadas se o interesse agroecológico permeasse apenas a unidimensionalidade produtiva. O interesse estaria assentado no produto orgânico e não, propriamente, na miríade de relações constitutivas dos agroecossistemas. Fazer Agroecologia é mexer com as questões da vida, de forma plena, seja a vida no solo, seja a vida consciente que maneja a terra de trabalho. A crítica possível e necessária, em âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia, é factível pelo fato de que o solo político dessa organização tem sido preparado levando em consideração o pressuposto da participação: a certificação participativa. O ato de participar implica em presença, na circulação democrática das ideias e no envolvimento. Pelo contrário, estaríamos nos referindo a uma participação meramente formal, não ativa. Um princípio ativo de participação leva tempo para ser construído e saúda a boa crítica. Então, vamos lá! Como as profissionais técnicas veem a inserção das mulheres e a questão de gênero nos espaços de representação da Rede Ecovida de Agroecologia?

Assim como a transição agroecológica é processual, mudanças nos sistemas de poder baseados no patriarcado requerem tempo para serem mexidos, especialmente nos espaços rurais com predomínio de uma agricultura familiar marcada pela religiosidade católica, como é o caso de grande parte da região Sul do Brasil onde projeta-se o público vinculado à Rede Ecovida de Agroecologia.

A certificação participativa, como já elencado, nos permite enxergar a Agroecologia para além de um projeto apenas econômico. Trata-se, outrossim, de um projeto com múltiplas dimensões, coletivo e que implica no envolvimento e inter-relação de muitas mãos e mentes. Incluso, por certo e indispensavelmente, as mulheres. Se o engajamento feminino é fundamental para fazer prosperar as práticas produtivas agroecológicas no interior dos agroecossistemas, a mesma presença não se constata nos espaços políticos e de representação da Rede Ecovida, como chama atenção nossas entrevistadas.

A Rede Ecovida ainda é um espaço extremamente masculino. Coordenadoras de Grupo, coordenadoras na Rede e coordenadoras de núcleo são poucas. Além de poucas, elas não têm voz ativa ou, se tiver, elas são colocadas de lado, elas talvez são escanteadas. Ou elas até falam, mas falam de um local de fala muito prejudicado. Elas são a minoria em um espaço, elas sabem que elas podem ser discriminadas pela fala que elas vão ter. Então, a fala dentro da Rede Ecovida, se você tiver uma fala muito mansa, tu não vai ser ouvida nunca. E as mulheres ainda tem muito medo de se impor e de falar no tom que é necessário e do lugar que se faz necessário. Falar para ser ouvida e para ter uma representatividade dentro da Rede Ecovida (ENTREVISTADA A).

Seriam as mulheres mais mãos do que mentes para a Agroecologia? A resposta a provocativa pergunta causaria estranheza e, por óbvio, a resposta viria como um unísono “não”! Considerar que algo é importante, entretanto, não é o mesmo que dotá-lo de importância. Um dos grandes limites para a equidade de gênero na Rede Ecovida está associado ao fato de



que a tomada de decisões ainda é exclusivamente masculina. Isso, pelo fato dos homens ocuparem hegemonicamente os espaços de representação e de debates políticos da Rede Ecovida, como é o caso das coordenações (Rede, Núcleos e Grupos) e das participações nos Encontros Ampliados<sup>4</sup> (bianuais). A imobilidade feminina, como debatido anteriormente, cristaliza uma territorialidade passiva e se torna um fator de desigualdades. Se a Agroecologia se constrói de maneira plena, multidimensional, a luta pela inclusão das mulheres em todas as esferas é a mesma luta pela Agroecologia. O que equivale dizer “Sem Feminismo não há Agroecologia!”. E o que equivale a dizer, por consequência, que o feminismo é uma luta de todos, de mulheres e de homens.

Na realidade cotidiana, a Entrevistada A considera que há um espaço de luta muito grande ainda para incluir sim as mulheres. As mesmas, normalmente, não figuram nos próprios documentos que atestam a Conformidade Orgânica da unidade de produção, como é o caso do Certificado Orgânico e do próprio Plano de Manejo.

Porém, conforme relato da entrevistada B, nos últimos anos, notadamente, no contexto da realização do Encontro Ampliado de Anchieta/SC, em 2019, houve a intensificação do debate envolvendo as questões de gênero, juntamente com um componente geracional, levado à diante, contudo, mais própria mobilização feminina do que pela iniciativa da OPAC: “No último período teve bastante discussão de gênero, mas isso foi pautado pelas mulheres, não foi porque alguém falou que era importante que era importante discutir, foi por causa da necessidade, dos casos de violência que tiveram”. E conclui: “Acho bom deixar claro, porque assim, como todos os direitos das mulheres, eles não vieram de graça, vieram porque as mulheres se mobilizaram”. (ENTREVISTADA B).

As mulheres estão mais articuladas, mais solidárias com elas mesmas, para com as outras. Não tenho dúvidas que o último Encontro Ampliado [de Anchieta/SC, em 2019] vai ser um marco histórico na Rede Ecovida, nesse sentido, assim, das mulheres estarem ocupando o espaço. E, outra coisa que eu percebi estando lá são as mulheres jovens ocupando os espaços, porque eu tenho a impressão que as mulheres jovens são mais aguerridas, elas já nasceram numa outra de não ter aquela subordinação ao pai, ao marido, a não sei quem, não sei quem. Então, com isso, elas já são mais fortalecidas. Elas têm menos medo daquela coisa da opressão paterna, da opressão do marido e são meninas que tiveram muito mais acesso aos estudos”. (Entrevistada B)

Outro ponto relevante que a Entrevistada B faz referência e contribui consideravelmente com o debate sobre a Certificação Participativa e, por extensão, com a inclusão das mulheres

---

<sup>4</sup> Muito embora a Rede Ecovida indique aos Grupos a necessidade de dividir equanimemente as vagas nos ônibus para homens, mulheres e jovens poderem participar dos Encontros Ampliados, os relatos das técnicas asseveram as dificuldades que as mulheres encontram para ausentarem-se da casa e para o fato de nem sempre serem cumpridas essa recomendação.



na Agroecologia é a forte burocracia que tomou conta das organizações ao serem legitimados como OPAC pela “Lei dos Orgânicos” (Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007 que regulamentou a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003). “Na verdade, a Associação Ecovida tomou conta da Rede. Enquanto rede de articulação, o pessoal teve bastante dificuldade de manter” (ENTREVISTADA B).

A Rede Ecovida, que na década de 1990 se caracterizou como um grande ancoradouro das ações de Agroecologia, um espaço privilegiado de articulação e de debate político sobre o tema no Sul do Brasil, vai se transformando, por força das exigências previstas em Lei, em uma Associação cada vez mais calcada na viabilização dos processos formais para obtenção da certificação orgânica pelas famílias produtoras. Nesse movimento, ganha-se em legitimidade e em formalidade, mas perde-se em articulações e em interações em níveis mais abrangentes – elementos centrais para dar vida a um princípio mais amplo à concepção qualificada como “Sistema Participativo”.

### **O GT de Gênero da Rede Ecovida de Agroecologia e as conquistas na Certificação Participativa**

Na agroecologia é possível evidenciar dois momentos distintos de inserção da discussão de gênero. O primeiro deles se deu com a formalização do GT Gênero da Rede Ecovida, no ano de 2004, após um seminário em Mario Campos (MG) promovido pelo GT Gênero do Fórum Sudeste da Rede PTA, conforme indica Siliprandi (2015). No entanto, o GT veio a se dissolver entre 2009-2010. Em entrevista a nós fornecida em 2021, uma das lideranças femininas da Rede Ecovida, atuante na Coordenação Geral da Rede e na ASSESOAR/PR (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural), destaca que o grupo de mulheres/gênero da Rede Ecovida de Agroecologia foi fundado logo após a criação da Rede Ecovida. Seno que, no ano de 2000 esse debate já estava sendo brevemente abordado.

Alguns esforços na inserção do debate de gênero também se deram no 1º Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), ocorrido no Rio de Janeiro em 2002 (SILIPRANDI, 2015), como, por exemplo, o uso das expressões “gênero” e “mulher” como sinônimos, reforçando a ideia de que se trata de um “assunto de mulher”. De acordo com Burg (2005), apesar de que a Rede Ecovida de Agroecologia tenha como seus princípios de funcionamento a igualdade entre homens e mulheres, tal assunto ainda é canalizado apenas às mulheres, como se o feminismo tratasse dos problemas de mulheres, para mulheres.

Nesta direção ocorreu o 1º Encontro de Mulheres da Rede Ecovida de Agroecologia, na cidade de Erechim/RS entre os dias 19 e 21 de setembro de 2019: evento realizado com o intuito de organizar preliminarmente os debates sobre a agroecologia e o feminismo para discussões



mais aprofundadas e propostas de cunho político-organizativo efetivadas no XI Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia, realizado no mês de novembro, em Anchieta/SC. O 1º Encontro de Mulheres da Rede Ecovida de Agroecologia promoveu um olhar de gênero para o trabalho em Agroecologia e houveram discussões sobre os significados da bandeira “Sem feminismo não há agroecologia” com o intuito de levar estes debates para os grupos de base e fortalecer a participação e o protagonismo das mulheres em âmbito da Rede Ecovida de agroecologia.

O Encontro Ampliado configura-se como o evento máximo da Rede Ecovida, trata-se de um espaço de troca de experiências e tomada de decisões com relação aos rumos da Rede. O Encontro ocorre ordinariamente a cada dois anos, em diferentes lugares, alternando entre os três estados da região Sul do Brasil, onde são levadas delegações de cada Núcleo, afim de aprofundar temas correlatos à Agroecologia.

No XI Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia (2019), as mulheres ocuparam o palco de encerramento do Encontro, para abordar sobre os encaminhamentos trabalhados no GT Gênero ao longo do ano, envolvendo a inclusão do tópico sobre violência de gênero e outras violações de direitos humanos como passível de perda de certificado no Manual de Procedimentos da Rede. Além disso, as mulheres anuanciaram o requisito de todo Comitê de Ética de Núcleo (uma das instâncias da certificação participativa) ter uma mulher em sua composição. E destacaram também sobre a importância das mulheres das famílias participarem nas visitas e reuniões da Rede.

Após a mobilização das mulheres no Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia foi inserido no Manual dos Procedimentos da Rede um capítulo que assegura e garante a integridade dos direitos humanos. No capítulo XVII do documento número 02 da Rede é possível identificar os procedimentos para averiguação de denúncias contra os princípios da Associação Ecovida de Certificação Participativa, dentre os princípios:

Será motivo de suspensão da Rede Ecovida em um prazo de até 05 (cinco) dias após a denúncia ao Grupo, Núcleo ou Coordenação da Rede Ecovida, o(a) componente que violar os princípios da Declaração Universal de Direitos Humanos, a Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006, a Lei nº 7.716 de 05 de janeiro de 1989; a Lei nº 10.741, DE 1º de outubro de 2003; a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; assim como promover e tomar atitudes que expressem preconceito ou violência de gênero, classe, raça ou religião (MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA REDE ECOVIDA, DOCUMENTO 02, 2019).

Para fins do supracitado documento, configura-se violência como: violência doméstica, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial e violência moral.





A maneira com o qual é realizado o procedimento e acolhimento da denúncia, se dá por meio da forma verbal ou por escrito ao grupo, Núcleo ou Coordenação da Rede, assim será o suficiente para a suspensão do (a) agressor (a), a quem caberá a defesa de acordo com o Estatuto da Associação Ecovida de Certificação Participativa Capítulo V, seção II, ARTIGO 12º, parágrafo 1º. A negação do Grupo ao qual pertence o (a) agressor (a) em um prazo máximo de 5 dias a contar da denúncia, caracterizará omissão, ficando o Grupo sujeito as penalidades previstas em lei e também nos documentos da Rede.

Neste sentido, o grupo assume, conjuntamente com o(a) agressor(a), a responsabilidade pelo ato de agressão, ficando sujeito ainda, além das penalidades previstas em Lei, àquelas previstas pela Associação Ecovida de Certificação Participativa, conforme orientação do Capítulo XV. Após os trâmites administrativos, de apresentação e julgamento do recurso pelo Conselho de Recursos do Núcleo Regional, e sendo confirmado o desrespeito aos princípios e leis mencionados no item 1 deste capítulo, o (a) componente infrator será excluído da Rede, em consonância com os ditames legais do Estatuto. O processo será acompanhado por um ou mais integrantes da Coordenação da Rede Ecovida junto ao Conselho de Recursos do Núcleo Regional com a incumbência de dar um encaminhamento justo e adequado ao caso.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como apreendido o modelo de agricultura agroecológico permitindo uma abertura para um debate para além das questões produtivas, tem havido a necessidade da luta das mulheres para construir os seus espaços dentro da agroecologia, ou seja, não é automático e imediato a adesão destes distintos preceitos (economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente equilibrado) na forma em que funcionam os agroecossistemas e as organizações da agroecologia.

Com isso ressaltamos o nosso entendimento que a transição agroecológica precisa ser multidimensional, não apenas econômica, produtiva ou ambiental, mas também cultural.

Quanto mais as mulheres permanecerem separadas, com suas territorialidades descontinuadas e atravessadas pelas relações patriarcais, mais veladas serão tais questões, mais difíceis serão os meios de abordá-las e menos feminina será a fisionomia da Agroecologia.

Mas o caminho tem sido trilhado e os espaços construídos pelas mulheres tem avançado. No último período destaca-se a promoção do I Encontro de Gênero da Rede Ecovida de Agroecologia, organizado pelo Grupo de Trabalho de Gênero. Esse movimento demonstra tanto o protagonismo feminino, ao firmarem a presença pelo debate, quanto a abertura do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), Associação Ecovida de



Agroecologia, em acolher e avançar, gradativamente, na apreensão das questões de gênero na agroecologia e em incorporar, em seus documentos, deliberações para os processos de Certificação Participativo.

## REFERÊNCIAS

ANA (Articulação Nacional de Agroecologia). Mulheres construindo a agroecologia. **Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia**. Rio de Janeiro, 2008.

BURG, I. C. **As Mulheres Agricultoras na Produção Agroecológica e na Comercialização em Feiras no Sudoeste Paranaense**. 2005. f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

GIBSON, K.; GRAHAM, J. **O Fim do Capitalismo (como nós conhecíamos)**: uma crítica feminista da economia. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das Agriculturas do Mundo**: do Neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MEIRELLES, L. A Origem da Certificação Participativa e o Desafio dos Sistemas Participativos de Garantia. In: HIRATA, A.R, ROCHA, L.C da, BERGAMASCO, S.M.P.P. **Sistemas Participativos de Garantia do Brasil**: Histórias e Experiências. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020.

MIES, M.; SHIVA, V. **Ecofeminismo**. Tradução Fernando Dias Antunes. Lisboa: Instituto Piaget, 1993. (Coleção Epistemologia e Sociedade).

MUMFORD, L. **A Cidade na História**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

HIRATA, A.R, ROCHA, L.C da, BERGAMASCO, S.M.P.P. Panorama Nacional dos Sistemas Participativos de Garantia. In: **Sistemas Participativos de Garantia do Brasil**: histórias e experiências. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020.

SILIPRANDRI, E. **Mulheres e Agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.

MIRANDA, T.L. **Educação e Relações de Gênero**: entre avanços e desafios na experiência da escola Latino Americana de Agroecologia. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2011.

OLIVEIRA, A.U. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SHIVA, V. **Monoculturas da Mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.